

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.020 - CE (2018/0345682-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
REQUERENTE : ANTONIO MARDONIO LOPES ALVES (PRESO)
ADVOGADOS : FRANCISCO MARCELO BRANDAO E OUTRO(S) - CE004239
SÔNIA MARINA CHACON BRANDÃO - CE010728
BRUNO CHACON BRANDÃO - CE025257
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração ajuizado por ANTONIO MARDONIO LOPES ALVES em razão de decisão proferida pelo eminente Ministro João Otávio de Noronha às fls. 144/147.

Na presente petição, reitera seu entendimento acerca da demora na conclusão da instrução criminal, salientando que o interrogatório do réu é adiado frequentemente pelo Juízo de primeiro grau sem prévia notificação da defesa.

Requer a reconsideração do mencionado *decisum* para deferir a liminar e, com isso, seja expedido alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

Nada a reconsiderar. Conforme consignado na decisão que indeferiu a a medida liminar, não é possível identificar, de plano, o constrangimento ilegal aventado.

A análise de excesso de prazo deve ser feita de forma detida e minudente, mostrando-se temerário concluir que é injustificada a eventual dilação probatória em juízo perfunctório de delibação não exauriente a fim de justificar o deferimento da pretendida liminar.

Portanto, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Diante do exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

